

BALANÇO 2023-2025 MANDATA

DANI PORTELA





SUMÁRIO

CARTA AO POVO DE PERNAMBUCO	04
AÇÃO EFETIVA NA VIDA DAS PESSOAS: LEIS APROVADAS E PROJETOS DE LEI EM ANDAMENTO	07
EDUCAÇÃO	09
SAÚDE	11
SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS	14
DIREITO À CIDADE	15
CULTURA	16
AGROECOLOGIA E JUSTIÇA CLIMÁTICA	18
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO	20
PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR	23
EMENDAS PARLAMENTARES ESTADUAIS IMPOSITIVAS	28
PRODUZIR E DEMOCRATIZAR O CONHECIMENTO	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33



Carta ao povo de Pernambuco

Me dirijo às pernambucanas e aos pernambucanos, com a chegada de um novo ano de mandato de Deputada Estadual na Assembleia Legislativa de Pernambuco, com o coração carregado de entusiasmo e vontade para seguir construindo coletivamente nosso projeto político de sociedade.

Nos três primeiros anos de minha atuação como Deputada na Assembleia Legislativa de Pernambuco, fui puxada para a atuação política por um profundo desejo de contribuir para algo maior que a liberdade individual. Busco colaborar com as lutas por igualdade e pela garantia de acesso a direitos básicos para todas as pessoas. Nessa trajetória desde minha juventude, me tornei a mulher que sou hoje. Antes de ser parlamentar, sou também uma ativista dos movimentos sociais, especialmente o movimento de mulheres negras, uma professora de história e educadora pelo método Paulo Freire, uma advogada popular, uma filha, uma mãe, uma amiga... enfim, uma mulher negra.

Minha atuação política tem sido alimentada por esse amplo repertório de trajetórias, lutas e crenças. Naquilo que acredito que sou e no que eu acredito que posso colaborar para que o mundo, o Brasil e Pernambuco possam se tornar lugares de se viver, e não apenas sobreviver.

Na política, tenho feito uma caminhada com honra e disposição para cumprir as tarefas políticas e eleitorais necessárias para o fortalecimento da esquerda enquanto um campo político. Foi assim em 2018 quando fui candidata a governadora de Pernambuco, tendo sido, naquela época, a mulher mais votada da história do nosso estado, com 188.087 votos. Em 2020, fui eleita a vereadora mais votada do Recife, com 14.114 votos. Em 2022, o povo pernambucano me elegeu Deputada Estadual, confiando em mim para esta importante missão - ser uma voz, que somada a outras, fosse resistência frente ao aumento da presença conservadora e de extrema direita e a diminuição da bancada de mulheres na ALEPE.

É claro que nada disso eu fiz sozinha! Sou uma pessoa que acredita profundamente na força, na potência e na beleza das ações em coletivo.

E esse sentimento de estar e fazer junto, possibilitou a consolidação política do Coletivo Florescer, o grupo que constrói comigo trajetórias, estratégias e ações de fortalecimento e consolidação desse projeto político, que tem flexibilidade para se adequar às mudanças que ocorrem no nosso contexto, mas que se mantém fielmente guiado por princípios e compromissos indissociáveis da nossa prática política: horizontalidade, luta contra o racismo, luta contra o patriarcado, luta contra o capitalismo e construção do Bem Viver.

Nesse período, junto ao Coletivo Florescer, entendemos que a nossa atuação deveria acompanhar e apoiar o processo de reconstrução do Brasil

Antes de ser parlamentar, sou também uma ativista dos movimentos sociais

que vem sendo promovido pelo Governo Lula, com a retomada de iniciativas que vão desde o Bolsa Família ao Mais Médicos, do Brasil Sorridente à Educação em Tempo Integral, do Novo PAC à política de valorização do salário-mínimo, dos investimentos em Cultura à preservação do Meio Ambiente, da Igualdade Racial à defesa integral da vida e dos direitos dos grupos vulnerabilizados. Tenho me somado à classe trabalhadora para lutar e sonhar por dias melhores, e assim conquistamos a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais - pauta que foi prioridade do presidente Lula, e conquistaremos o fim da escala 6x1!

Nossa atuação parlamentar enfrentou vários embates com o Poder Executi-

vo. Fui a primeira parlamentar a me declarar de oposição ao atual governo e a primeira a liderar a Bancada de Oposição da ALEPE, atuando de forma responsável e propositiva, dando consequência à função fiscalizadora do Parlamento estadual e reafirmando nosso compromisso com as lutas do campo de esquerda, em defesa dos direitos das mulheres, da população LGBTQIAPN+, da população negra e periférica e da classe trabalhadora. Enfrentamos uma gestão estadual que vem implementando sistematicamente um projeto neoliberal de governo, privatizando setores essenciais, como fez com a nossa Compesa, restringindo o diálogo com movimentos sociais, categorias sindicais e até mesmo com o Poder Legislativo.

Na ALEPE nossa atuação se fortaleceu com a conquista da presidência da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP), onde atuamos de forma estratégica, considerando a Comissão uma ferramenta importante para a defesa dos Direitos Humanos de populações historicamente discriminadas e vulnerabilizadas. No cotidiano parla-



MOBILIZAÇÃO NACIONAL MULHERES VIVAS



mentar, compomos ainda a Comissão da Mulher (Vice-presidente) e a Comissão de Educação e Cultura.

Iniciamos o ano de 2026, frente a uma conjuntura onde o mundo como um todo vive um período de grandes mudanças. Guerras sangrentas, aumento exponencial de violações dos Direitos Humanos, uma grave crise do capitalismo, com uma forte mudança na correlação de forças no nível internacional. A Europa está em plena decadência, com vários países enfrentando limitações cada vez maiores para manter os regimes democráticos e o Estado de Bem-estar. A China passa a assumir um papel explicitamente determinante nas negociações e disputas entre os grandes mercados.

O BRICS, bloco composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, também vem se fortalecendo nesse tabuleiro do xadrez mundial que define os rumos do planeta e de toda a hu-

manidade. A extrema direita continua ganhando peso nas disputas em vários pontos do globo, sendo uma inegável ameaça à democracia e um obstáculo às proposições voltadas para o combate às desigualdades. Por outro lado, é possível enxergar focos de forte resistência, em países que elegem candidaturas progressistas, nas enormes manifestações de movimentos sociais e de cidadãos e cidadãs que se recusam a assistir paralisados às várias violências perpetradas pela extrema direita.


Neste cenário político internacional, o Brasil tem assumido novamente um papel relevante, cumprindo a função de mediador em algumas situações e assumindo posições firmes de defesa da democracia e da solidariedade entre os povos, assim como da soberania dos países para decidirem seus rumos frente à crise globalizada.

Os desafios da conjuntura internacional e nacional, se somam com os desa-

fos que o estado de Pernambuco tem para se manter em crescimento perante as mudanças cada vez mais rápidas que vêm ocorrendo no mundo. Nossa luta sempre buscará o protagonismo do nosso estado, garantindo que as políticas públicas cheguem a quem necessita, que as dinâmicas sociais aconteçam com respeito e solidariedade entre as pessoas.

E é com essa pluralidade de pensamentos, com o olhar crítico para realidade que nos rodeia, com a disposição para luta renovada e com o coração cheio de desejos que apresentamos nesta publicação um balanço da nossa atuação de 2023 a 2025, compartilhando nossa história, nossas lutas, nossas vitórias e nossos sonhos.

E sigam com a certeza: comigo vocês podem sempre contar!



Ação efetiva na vida das pessoas: leis aprovadas e projetos de lei em andamento

Direitos não se efetivam apenas por meio da produção legislativa; eles se constroem no diálogo permanente com os territórios, com os movimentos sociais e, principalmente, com os sujeitos e sujeitas historicamente excluídos dos espaços de poder, majoritariamente pessoas negras, periféricas, LGBTQIAPN+, mulheres e pessoas com deficiência.

Nossa atuação se organiza a partir da escuta ativa, da presença nos territórios e da articulação com movimentos populares, coletivos, conselhos e organizações da sociedade civil. A partir desses diálogos, transformamos denúncias em fiscalização, demandas em proposições legislativas e experiências concretas em incidência sobre as políticas públicas. Entendemos que o principal objetivo da atuação parlamentar é garantir à população a participação nas decisões que impactam diretamente suas vidas. Essa estratégia reafirma que, quando o povo participa, a política se reconecta com a vida real e o Parlamento cumpre seu papel como instrumento de transformação social.

SUJEITAS E SUJEITOS POLÍTICOS

Os espaços de decisão política sempre estiveram distantes da maioria do povo brasileiro, e amplos setores da sociedade seguem sub-representados no Parlamento pernambucano. Essa sub-representação tem consequências concretas nas prioridades relacionadas à distribuição da água, ao saneamento, às creches, ao trabalho, à renda e à saúde. Diante disso, nossa atuação se orienta pela defesa intransigente dos direitos de sujeitas e sujeitos políticos que consideramos prioritários: **pessoas negras, periféricas e mulheres, com atenção também à população LGBTQIAPN+ e às pessoas com deficiência.**

A MANDATA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Nossas portas estão sempre abertas para o diálogo com os movimentos sociais que historicamente lutam por direitos e por um Estado mais justo para todas as pessoas.

Na **luta antirracista**, temos atuado na identificação e no combate ao racismo estrutural e institucional em diversas áreas das políticas públicas, como educação, saúde, segurança pública, direitos humanos, entre outras. O racismo ambiental tem assumido também uma importância fundamental nesse período, frente à crise climática que já traz graves impactos sobre nossa capital e todo o estado.

Na **luta contra as desigualdades de gênero**, permanecemos vigilantes aos ataques aos direitos das mulheres e pessoas que gestam, atuando de forma coordenada com os movimentos feministas do nosso estado, resultando em inúmeras ações políticas e legislativas para impedir retrocessos.

Na **defesa da população LGBTQIAPN+**, estamos lado a lado com diversas organizações desse campo, sendo voz ativa e firme contra iniciativas LGBTfóbicas apresentadas pela extrema direita. Destacamos aqui a parceria com movimentos de pessoas transsexuais, que tem gerado iniciativas legislativas importantes para a garantia de direitos para essa população.

Temos nos colocado sempre à disposição de todos os movimentos sociais e populares, seja de cultura, sindicais, de juventudes, movimentos comunitários e outros, atendendo demandas que se materializam em diferentes ações legislativas e de fiscalização (como pedidos de informação, indicações ao Poder Executivo, projetos de lei, fiscalizações in loco, dentre outras). Para nós, a política só faz sentido se feita desta maneira. Com compromisso, com lado, com coerência e com o objetivo de ser voz para quem quase sempre não é ouvido. **Resultado é mudança concreta na vida das pessoas.**

ATO CONTRA PL DA DOSIMETRIA



EIXOS PRIORITÁRIOS DA MANDATA

As desigualdades de raça, gênero e classe afetam todas as dimensões da vida das pessoas. Entendendo as limitações da atuação legislativa e a necessidade de dar foco ao que é mais importante, estabelecemos algumas prioridades para nossa incidência.

Entre 2023 e 2025, a atuação legislativa e de fiscalização da Mandata concentrou-se em 6 eixos estratégicos: Educação, Saúde, Segurança Pública e Direitos Humanos, Direito à Cidade, Cultura e Agroecologia e Justiça Climática.

EDUCAÇÃO

A Educação é um eixo central para o desenvolvimento social, econômico e humano de qualquer território. Nos últimos três anos, nossa atuação resultou no protocolo de quase 100 projetos de lei, mais de 120 requerimentos e mais de 110 indicações, voltados ao fortalecimento da Educação em Pernambuco. Essas iniciativas priorizaram a convocação de professores(as) concursados(as), a valorização de profissionais dessa área, o enfrentamento da evasão escolar, o fortalecimento das políticas de educação indígena e quilombola, o cumprimento do calendário escolar e a resolução de problemas estruturais, como transporte, merenda e entrega de kits escolares.

LEIS APROVADAS

NOS PALCOS, NAS QUADRAS E NAS ESCOLAS: RACISMO NÃO TEM VEZ

A Lei nº 18.227/2023, que altera a Lei nº 17.176, de 11 de março de 2021, prevê a adoção de ações para capacitação de profissionais da educação e demais funcionários envolvidos em eventos esportivos e culturais. A iniciativa tem como objetivo fornecer ferramentas a esses profissionais para identificar, prevenir e enfrentar o racismo em seus respectivos espaços de atuação.

COTAS MUDAM VIDAS

A Deputada Dani Portela, em co-autoria com a Deputada Rosa Amorim, conquistou a aprovação da Lei nº 19.050/2025, sancionada em outubro de 2025 no estado, que estabelece a reserva de 30% das vagas em concursos públicos e seleções simplificadas do Poder Executivo estadual para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas. É uma vitória histórica para toda a população pernambucana e um avanço concreto no enfrentamento ao racismo.



EVENTO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO

GARANTIR ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NÃO É PRIVILÉGIO

PL 328/2023: Reserva de vagas em cursos de graduação e pós-graduação para grupos vulnerabilizados (critérios raciais, sociais e econômicos).

A SAÚDE DA PELE TAMBÉM TEM QUE SER PRIORIDADE NA ESCOLA PÚBLICA

PL 1012/2023: Ações educativas sobre riscos da exposição solar e fornecimento de protetor solar nas escolas públicas.

SEM LIBERDADE DE PENSAMENTO, NÃO HÁ EDUCAÇÃO

PL 545/2023: Garantia da liberdade de pensamento e expressão em instituições de ensino.

NÃO HÁ EDUCAÇÃO DE QUALIDADE SEM RECONHECIMENTO DAS NOSSAS RAÍZES

PL 739/2023: Inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na formação continuada de professores.

MATERNIDADE NÃO PODE SER CRITÉRIO DE EXCLUSÃO

PL 1973/2024: Proibição de discriminação contra estudantes/pesquisadoras por maternidade (gestação, parto, lactação, adoção).

FORMAÇÃO CONTINUADA É BASE PARA UMA ESCOLA VERDADEIRAMENTE INCLUSIVA

O Projeto de Lei nº 1994/2024 propõe instituir a Política Estadual de Formação Continuada de Professores em Educação Inclusiva, estruturando princípios, diretrizes e objetivos para qualificar o trabalho docente.

TRAVESTIS E TRANSEXUAIS ACESSANDO O ENSINO SUPERIOR

PL 2784/2025: Reserva de vagas no ensino superior para pessoas transexuais e travestis.

SEM MEMÓRIA, NÃO HÁ JUSTIÇA. SEM JUSTIÇA, NÃO HÁ DEMOCRÁCIA

PL 2754/2025: Programa “Memória, Verdade e Justiça” nas escolas, em conformidade com a Comissão Nacional da Verdade.

AMAMENTAR É UM DIREITO. TER ESPAÇO ADEQUADO PARA ISSO TAMBÉM

PLs 3157 e 3158/2025: Criação de salas de apoio à amamentação em órgãos públicos e escolas.

ATO DOS PROFESSORES



SESSÃO PLENÁRIA



SAÚDE

A saúde é um eixo fundamental para a garantia da vida e do bem-estar da população. Entre 2023 e 2025, atuamos na formulação de leis, na fiscalização do Executivo e na incidência política para o fortalecimento do SUS em Pernambuco, com foco no enfrentamento às desigualdades geradas pelo racismo, pelo machismo e pela pobreza. A partir da escuta dos territórios, de mulheres, famílias e profissionais da saúde, transformamos denúncias e dados oficiais em ações legislativas concretas, reafirmando o compromisso com uma saúde pública, universal, integral e de qualidade para todas as pessoas.

LEIS APROVADAS

SEM RACISMO, SEM ABUSO E SEM VIOLÊNCIA: PARTO É CUIDADO

A Lei nº 18.437/2023, que define e tipifica a violência obstétrica e inclui o reconhecimento do racismo obstétrico. A lei fortalece a proteção de gestantes, parturientes, pessoas em abortamento e puérperas, reafirmando o compromisso com o cuidado respeitoso, a autonomia corporal e a dignidade das mulheres, sobretudo das mulheres negras.

SEM ENFRENTAR RACISMO, NÃO HÁ SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE

A Lei nº 18.255/2023 institui a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra. A lei enfrenta o racismo institucional na saúde e fortalece políticas públicas voltadas à equidade, ao cuidado integral e à garantia de direitos da população negra em Pernambuco.



ATO DIA DA MULHER NEGRA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA

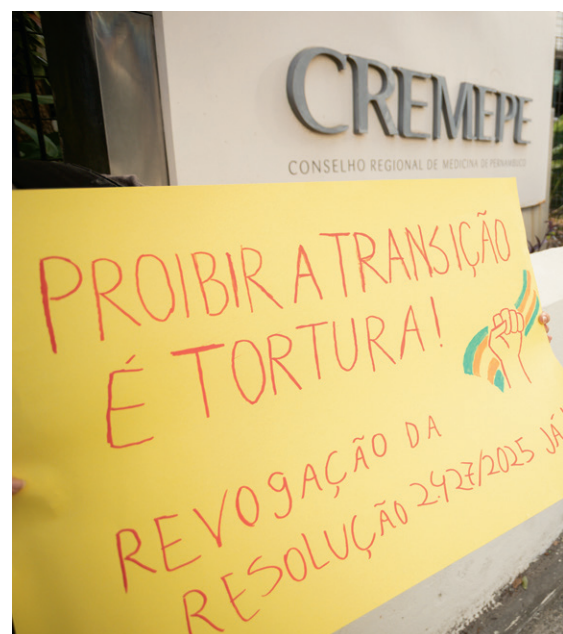
PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO

COMBATER O HIV TAMBÉM É COMBATER RACISMO E POBREZA

O Projeto de Lei 3129/2025, propõe instituir a Política Estadual de Enfrentamento do HIV/AIDS e outras ISTs, priorizando as mulheres em situação de vulnerabilidade. A proposta nasce da escuta das mulheres, coletivos e organizações feministas e busca responder às desigualdades que historicamente colocam mulheres, especialmente negras, periféricas e pobres, em maior risco frente às ISTs e ao HIV/AIDS.

PALOMA ALVES¹ VIVE! NA LUTA POR UM ATENDIMENTO DIGNO

O Projeto de Lei 3619/2025, institui a Política de Atendimento Integral às Pessoas com Sangramento Uterino Anormal na rede estadual de saúde, como resposta ao caso de Paloma Alves, que evidenciou graves falhas no atendimento e a negligência com a saúde das mulheres em Pernambuco. O projeto busca garantir acolhimento, diagnóstico, tratamento adequado e cuidado humanizado, visando a prevenção de mortes evitáveis e a defesa da vida das mulheres.



PROTESTO CONTRA A PROIBIÇÃO DA HORMONIZAÇÃO

¹ Paloma Alves foi vítima de omissão de socorro ao dar entrada no Hospital do Tricentenário com hemorragia grave. Ela faleceu em decorrência da condição após a equipe, segundo relatos, negar atendimento ao presumir de forma errada que o quadro resultava de um aborto autoprovocado.

PROJETOS DE LEI EM ANDAMENTO

SEGURANÇA PÚBLICA SEM RECONHECIMENTO FACIAL RACISTA

PL 402/2023: Proibição do uso de reconhecimento facial devido a impactos racistas.

INFORMAÇÃO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

PL 1904/2024: Garantia de informação clara às vítimas de violência sexual.

ATENDIMENTO HUMANIZADO EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO

PL 1910/2024: Atendimento preferencial por profissionais mulheres em serviços de acolhimento.

COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

PL 1908/2024: Ampliação da conceituação de racismo e violência institucional, fortalecendo responsabilização do Estado.

MEMÓRIA EM DEFESA DA DEMOCRACIA

PL 2466/2025: Veto à nomeação de pessoas condenadas por crimes contra instituições democráticas.

PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

PL 3610/2025: Enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, reforçando proteção integral.

VISIBILIZAR O FEMINICÍDIO PARA PROTEGER VIDAS

PL 2702/2025: Qualificação e sistematização do registro de feminicídio para aprimorar políticas públicas.

ACESSIBILIDADE PARA MULHERES COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

PL 1912/2024: Medidas de acessibilidade para mulheres com deficiência em situação de violência doméstica.

RENDA BÁSICA É UM DIREITO HUMANO: DEVE SER PERMANENTE, UNIVERSAL E INCONDICIONAL

Na pauta da renda básica, nossa atuação ocorreu por meio de pronunciamentos, debates públicos e articulação política, com destaque para a participação no 24^o Congresso da Rede Mundial da Renda Básica, em 2025, conectando a experiência pernambucana ao debate internacional. Em articulação com a Frente Ampla pela Renda Básica em Pernambuco, defendemos a renda básica como um direito humano, universal e incondicional, orientando a construção de políticas de proteção social e de distribuição de renda para segmentos mais vulnerabilizados.





AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ATIPICIDADES

OUTRAS AÇÕES EM SAÚDE

ABORTO LEGAL E SEGURO

Na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) da ALEPE, impedimos a aprovação dos PLs nº 3436/2025 e nº 2578/2024, que propunham a criação do chamado “Dia Estadual de Defesa da Vida”, uma iniciativa que, na prática, atacava os direitos sexuais e reprodutivos, o aborto legal e a autonomia de mulheres e pessoas que gestam. Nossa atuação reafirmou um posicionamento em defesa da saúde pública e do direito de decidir.

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA PRECISA SER VISTO DE MANEIRA INTEGRAL

Realizamos diversas escutas com mães de pessoas com TEA, buscando compreender os limites no funcionamento dos equipamentos públicos e o protocolo de acolhimento em saúde, visando à ampliação do atendimento familiar. Encaminhamos pedidos de informação e com os dados coletados realizamos discursos em plenário em defesa dessas famílias, além de auxiliar na articulação e no diálogo institucional.

A partir da escuta dos territórios transformamos denúncias e dados oficiais em ações legislativas concretas



RODA DE CONVERSA COM O CARANGUEJO UÇÁ, ILHA DE DEUS

Direitos Humanos não são um tema meramente setorial



CONFERÊNCIA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS

SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

Entre 2023 e 2025, a atuação legislativa da Mandata esteve pautada explicitamente por um projeto político no qual os Direitos Humanos não são um tema meramente setorial, mas sim um eixo organizador e orientador do nosso trabalho. Ao longo desses três anos, mantivemos uma linha política de elaboração de proposições que disputam o sentido da democracia, da segurança pública e do papel do Estado, especialmente no enfrentamento às desigualdades de gênero, raça, orientação sexual, classe, território e direito à memória.

LEIS APROVADAS

FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO PÚBLICO

A Lei nº 18.227/2023 institui a capacitação permanente de profissionais do serviço público, a fim de responder à necessidade do enfrentamento ao racismo estrutural presente nas instituições.

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA PARA A JUVENTUDE DAS PERIFERIAS

A Lei nº 18.282/2023, institui o Dia Estadual de Memória, Verdade e Justiça para a Juventude e para Familiares de Vítimas da Violência de Estado nas periferias, reafirmando o compromisso com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e com a não repetição de violências institucionais.

DADOS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA E PROTEGER VIDAS

A Lei nº 18.931, de 8 de outubro de 2025, institui a obrigatoriedade da apresentação de relatório anual sobre vítimas de mortes violentas intencionais, crimes de estupro e violência contra a mulher, com o objetivo de assegurar a produção de dados que subsidiem políticas públicas mais eficazes.

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E RAÇA

A Lei nº 18.593/2024 institui a Semana Estadual de Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça, visando combater o patriarcado e o racismo, que sistematicamente atingem de forma violenta parlamentares legitimamente eleitas.

COSTURANDO MODA COM DIREITOS

A Lei nº 18.989/2025, de coautoria da Deputada Dani Portela, do Deputado João Paulo e da Deputada Rosa Amorim, foi formulada em diálogo com costureiras dos polos de confecções de Pernambuco e organizações parceiras. A norma institui a Política Estadual de Fortalecimento das Costureiras em Faccção de Pernambuco - Costurando Moda com Direitos, estabelecendo diretrizes voltadas ao combate à precarização do trabalho, à produção de dados sobre a categoria, à articulação de políticas públicas integradas e ao incentivo à organização coletiva. Entre as medidas previstas estão a realização de censo estadual, a implementação de programas de saúde, a facilitação do acesso ao crédito, estudos para criação de benefícios sociais e ações de qualificação profissional.

DIREITO À CIDADE

No eixo do direito à cidade, a mandata atuou na defesa do acesso justo e democrático ao espaço urbano, compreendendo a cidade como um território de direitos. Por meio de pedidos de informação, pronunciamentos em plenário e diálogo com movimentos sociais para apurar impactos de obras públicas, desapropriações e a atuação do poder público em áreas de risco e territórios vulnerabilizados, principalmente em desastres climáticos. A partir desses diálogos e diagnósticos, apresentamos proposições legislativas voltadas ao direito à moradia, à mobilidade, ao uso social da cidade e à prevenção de violações de direitos.

PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO

DESPEJO VIOLENTO NÃO É POLÍTICA PÚBLICA, É VIOLAÇÃO DE DIREITOS

O Projeto de Lei 1088/2023 busca instituir a Política Estadual de Fortalecimento do Direito à Moradia e Prevenção de Remoções e Despejos Violentos no Estado de Pernambuco. A proposta orienta a atuação do poder público e das instituições do Estado na mediação de conflitos fundiários, priorizando soluções pacíficas, a participação social e a garantia da função social da propriedade.

A mandata atuou na defesa do acesso justo e democrático ao espaço urbano

FORTALECER A MOBILIDADE POR BICICLETA É INVESTIR EM SEGURANÇA, SAÚDE, INCLUSÃO E FUTURO SAUDÁVEL

O Projeto de Lei 2245/2024, que visa alterar a Lei nº 14.762, de 31 de agosto de 2012, propõe instituir a Política Estadual de Mobilidade por Bicicletas, a fim de estabelecer regras adicionais de proteção e publicidade para essa modalidade, fortalecendo a segurança, incentivando o uso da bicicleta e ampliando a mobilidade não motorizada.

URBANISMO NÃO PODE SER INSTRUMENTO DE SEGREGAÇÃO SOCIAL

O Projeto de Lei 1911/2024, visa a proibição de projetos de arquitetura hostis nos espaços públicos, entendidos como intervenções destinadas a afastar ou restringir a presença de pessoas nesses locais.

DIREITO À MOBILIDADE PARA QUEM ALIMENTA O FUTURO

O Projeto de Lei 3164/2025, em coautoria com a Deputada Rosa Amorim, tem como finalidade instituir o benefício do Passe Livre para lactantes em acompanhamento pós-parto e para doadoras de leite humano no sistema de transporte público coletivo intermunicipal, garantindo deslocamento gratuito para Unidades de Saúde e Bancos de Leite.

PROTESTO DOS RODOVIÁRIOS



CULTURA

Nossa atuação no campo da Cultura reafirma que políticas culturais são políticas de direitos humanos. Ao longo da legislatura, fortalecemos a cultura popular, negra, periférica, da população LGBTQIAPN+ e independente. Articulando o reconhecimento com incidência institucional e formulação legislativa para garantia de dignidade, visibilidade e valorização às fazedoras e aos fazedores de cultura de Pernambuco.

VALORIZAR QUEM FAZ CULTURA TAMBÉM É FAZER POLÍTICA PÚBLICA

Apresentamos 35 requerimentos voltados ao reconhecimento de artistas, coletivos, mestras, mestres, grupos tradicionais e movimentos culturais, abrangendo linguagens como samba, coco, maracatu, cavalo marinho, manguebeat, afoxé, cultura popular, audiovisual e cultura negra. Esses requerimentos são instrumentos de reparação simbólica, valorização institucional e afirmação da centralidade da cultura popular na identidade pernambucana.

A GESTÃO CULTURAL DEVE SER DEMOCRÁTICA

Por meio de 4 indicações, voltadas diretamente à política cultural do Estado, cobramos transparência, participação social e fortalecimento de equipamentos públicos, como o Cinema São Luiz. Demandamos aperfeiçoamento da gestão das políticas voltadas para as diversas linguagens culturais, o incentivo às bandas e fanfarras e a participação popular na condução dessas políticas. Essas ações reafirmam nossa defesa de uma cultura pública, democrática, participativa e territorializada.

Fortalecemos a cultura popular, negra, periférica, da população LGBTQIAPN+ e independente



VISITA AO MARACATU ÁGUIA MISTERIOSA



SOLENE EM HOMENAGEM AO SAMBA



HOMENAGEM AO COCO DE PERNAMBUCO

SAMBA É PATRIMÔNIO VIVO E POLÍTICA CULTURAL SE FAZ COM RECONHECIMENTO

Reafirmamos nosso compromisso com a valorização da cultura negra e popular, ao aprovar **50 Votos de Aplauso para o Samba Pernambucano**. Foram prestigiados dezenas de agremiações, artistas, mestras, mestres, intérpretes, compositoras e compositores. O reconhecimento alcançou clubes, blocos, escolas de samba, coletivos autorais e referências históricas da cena, celebrando tanto as trajetórias consolidadas quanto a força das novas gerações. Homenagear o samba é saudar a ancestralidade negra como resistência e afirmação cultural em Pernambuco.

COCO É RAIZ, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NEGRA NO TERRITÓRIO

Homenageamos também o Coco, com a concessão de mais de 60 Votos de Aplauso a mestras, mestres, grupos e coletivos de diversas regiões do estado. Entregamos os Votos no dia 27 de novembro de 2025, no Pátio de São Pedro, num evento em celebração ao Dia Nacional da Consciência Negra, que contou com apresentações artísticas e homenagem especial a Zezinho de Casa Amarela, referência na manutenção dessa tradição viva em Pernambuco.

LEIS APROVADAS

O MANGUEBEAT É PATRIMÔNIO, A CULTURA É MEMÓRIA VIVA

A Lei nº 18.285/2023, que reconhece o Mangubeat como patrimônio cultural, reafirmando a importância desse movimento para a identidade, a história e a inovação cultural de Pernambuco. Trata-se de um marco na valorização da produção cultural local, da juventude, da criatividade periférica e da cultura como força política e social.

EDUCAÇÃO E CULTURA ANDAM JUNTAS

A Lei nº 18.628/2024, que altera o Plano Estadual de Educação para incluir diretrizes voltadas à proteção do patrimônio cultural e ao incentivo à diversidade cultural e artística. Essa lei fortalece também a formação cultural nas escolas, reconhecendo a cultura como eixo fundamental da educação, da cidadania e da construção de identidade.

PROJETO DE LEI EM TRAMITAÇÃO

CULTURA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL E POLÍTICA DE ESTADO

Com a aprovação da Resolução nº 2.123/2025, foi concedido ao Festival No Ar Coquetel Molotov a indicação de Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco, reconhecendo sua relevância histórica, formativa e artística para a cena cultural do Estado. Agora o processo de validação do título seguirá para análise da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe).



ESTREIA DE O AGENTE SECRETO, NO RECIFE-PE

AGROECOLOGIA E JUSTIÇA CLIMÁTICA

A crise climática já impacta diretamente a vida da população pernambucana, aprofundando desigualdades sociais, raciais e de gênero, atingindo de forma mais intensa os territórios historicamente vulnerabilizados. Diante desse cenário, a atuação da mandata esteve presente na fiscalização, com pedidos de informação e intervenções em plenário sobre eventos climáticos extremos, pautando políticas ambientais e de adaptação climática e de apoio à agricultura familiar, em uma agenda de justiça climática ancorada no respeito aos direitos humanos e no combate ao racismo ambiental.

VALORIZAR OS DEFENSORES E DEFENSORAS SOCIOAMBIENTAIS É AFIRMAR QUE NÃO HÁ JUSTIÇA SOCIAL SEM JUSTIÇA CLIMÁTICA

Promovemos a entrega de 65 Votos de Aplausos para organizações, coletivos e movimentos sociais, localizadas do litoral ao sertão do Estado, em razão de suas contribuições e incidência como defensores(as) dos direitos ambientais. Trata-se de uma iniciativa que visa reconhecer, por meio da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, o papel desses defensores na luta pela garantia dos direitos socioambientais, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária e no enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas e do racismo ambiental.



ÁGUA POTÁVEL PARA ENFRENTAR O CALOR EXTREMO

O Projeto de Lei 1440/2023, visa alterar a Lei nº 14.133/2010, para assegurar o direito das pessoas de portar água potável para consumo próprio em eventos com público superior a 1.000 (mil) pessoas. A iniciativa tem como objetivo proteger a saúde e a vida do público, especialmente em contextos de grande aglomeração e de calor extremo, prevenindo casos de desidratação, exaustão térmica e óbitos.

SALVAR VIDAS COMEÇA COM INFORMAÇÃO

O PL 3521/2025, em coautoria com a Deputada Rosa Amorim, propõe a instituição de uma Política Estadual de Comunicação de Riscos e Prevenção de Desastres no Ambiente Escolar e o estabelecimento de diretrizes para a comunicação de alertas junto às instituições de ensino. A proposta busca combater a desinformação, centralizar a comunicação em fontes oficiais, articular órgãos do Estado e capacitar profissionais da Educação para atuarem como multiplicadores de informações seguras sobre riscos e protocolos de segurança.

NÃO EXISTE JUSTIÇA CLIMÁTICA SEM ENFRENTAMENTO AO RACISMO AMBIENTAL

O PL nº 3524/2025, feito em coautoria com a Deputada Rosa Amorim, cria o Dia Estadual para a Ação Climática e o Combate ao Racismo Ambiental. O dia será celebrado anualmente em 28 de maio, como um instrumento permanente de ação climática, educação preventiva e preservação da memória, em resposta à emergência climática e aos desastres socioambientais vivenciados no Estado.

NINGUÉM DEVE SER DEIXADO PARA TRÁS: ACOLHIMENTO AOS DESLOCADOS AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

O Projeto de Lei 2209/2024 propõe a instituição de uma Política Estadual dos Deslocados Ambientais e Climáticos, no âmbito do Estado de Pernambuco. A proposta apresenta conceitos, diretrizes e objetivos para a prevenção de desastres, a redução de vulnerabilidades e a resposta humanitária, priorizando populações periféricas, de baixa renda e grupos vulnerabilizados. Engloba ações integradas de adaptação e mitigação climática, apoio emergencial e contínuo, acesso à moradia, saúde, educação, assistência psicossocial, empregabilidade, vacinação e inclusão em políticas habitacionais.



ENTREGA DE VOTO DE APLAUSOS À SERTA

A CRISE CLIMÁTICA AFETA MAJORITARIAMENTE NEGROS E INDÍGENAS, PRINCIPALMENTE MULHERES, E DEVE SER ENFRENTADA COM INFORMAÇÃO E PLANEJAMENTO

O PL nº 3507/2025, de coautoria da Deputada Dani Portela com a Deputada Rosa Amorim, dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres de Pernambuco. A proposta estabelece a coleta e sistematização de dados sobre as condições de vida das mulheres frente à crise climática, incluindo acesso à água, alimentação, moradia, saúde, trabalho, renda, responsabilidades de cuidado, violência, políticas públicas e participação nos espaços de decisão. Essas informações servirão de base para políticas de justiça climática com enfoque de gênero e raça, para ações de prevenção e resposta a eventos extremos e para a divulgação acessível à população, inclusive por meio de ações educativas.



Liderança da Oposição

Longe de iniciativas pontuais ou reativas, nossa incidência política está ancorada em uma compreensão estratégica do papel da oposição

Nosso percurso legislativo, enquanto oposição à atual gestão do Governo do Estado, tem sido consistente e estratégico, orientado pela responsabilidade da análise crítica e pelo compromisso rigoroso com a fiscalização da atuação do Poder Executivo. Longe de iniciativas pontuais ou reativas, nossa incidência política está ancorada em uma compreensão estratégica do papel da oposição no fortalecimento da democracia e na defesa dos direitos das populações mais vulnerabilizadas.

NÃO TER PROJETO É TAMBÉM UM PROJETO: OS ESFORÇOS PARA MINIMIZAR O IMPACTO DO “EXONERAÇÃO” DE RAQUEL

O primeiro ato do governo estadual foi promover exonerações generalizadas de cargos estratégicos. Ao longo de 2023, diante do cenário de caos instalado em vários setores, nos concentramos na fiscalização sistemática do Executivo, com cerca de 50 requerimentos de pedidos de informação, voltados a áreas como Direitos Humanos, Educação e Cultura. As respostas oficiais confirmaram ausência de coordenação e funcionamento precário de equipamentos públicos, além de atrasos e falhas estruturais. Esses temas também foram amplamente repercutidos em 95 intervenções e pronunciamentos, tanto em plenário como em espaços de diálogo institucional, afirmando o papel da oposição na construção de alternativas frente às fragilidades da gestão estadual.

GARANTIR A TRANSPARÊNCIA É FORTALECER A DEMOCRACIA

Além da fiscalização por meio de requerimentos, a mandata apresentou 22 indicações voltadas à verificação da transparência da nova gestão. O levantamento realizado identificou um padrão sistemático de descumprimento da Lei de Acesso à Informação, com ausência ou desatualização de dados, organogramas incompletos, cargos vagos em áreas finalísticas e opacidade nos portais oficiais.

OUIDORIA DAS CHUVAS

O governo Raquel Lyra teve início poucos meses após a maior tragédia socioambiental recente de Pernambuco, que ocorreu durante as chuvas de 2022 e deixou mais de 150 mortes em todo o Estado. Apesar da gravidade do cenário, o processo de transição governamental ignorou o debate sobre áreas de risco e a formulação de um plano de prevenção, revelando a baixa prioridade política que a gestão dá a esse tema. Nessa perspectiva, demos continuidade à Ouvidoria das Chuvas, instrumento de monitoramento das respostas do poder público e dos impactos de eventos pluviiais extremos. Na Alepe, foram realizadas plenárias com movimentos sociais, além do encaminhamento de indicações e pedidos de informação ao Governo e a 16 prefeituras, com o objetivo de avaliar as medidas preventivas, a estrutura da defesa civil e os planos de contingência.

JUNTOS PELA SEGURANÇA E “OS LARANJINHAS”

Os chamados “laranjinhas” (policiais recém-contratados) tornaram-se o principal símbolo do programa Juntos Pela Segurança, especialmente em operações pontuais ligadas a grandes eventos. Essa estratégia contrasta com os dados reais de violência, que seguem cada vez mais graves, com aumento de feminicídios e manutenção de altos índices de violência contra mulheres e populações vulnerabilizadas, além da ausência de integração da segurança pública com políticas de prevenção, assistência social e educação. Diante desse cenário, nossa atuação parlamentar concentrou-se na fiscalização sistemática, com mais de 35 pedidos de informação e mais de 110 pronunciamentos em plenário e espaços públicos.

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS, EM BRASÍLIA-DF



O PRIMEIRO ANO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO FEITO PELO NOVO GOVERNO E SUAS PRIORIDADES: O DESMONTE DA SECRETARIA DA MULHER

As políticas para as mulheres sofreram um grave processo de desmonte, marcado por um novo ciclo de exonerações na Secretaria da Mulher, quando a Governadora exonerou, além da secretária, ao menos outras 14 profissionais. Como consequência, setores passaram a funcionar com equipes mínimas ou tiveram atividades paralisadas, como a Ouvidoria da Mulher, que deixou de operar 24 horas, e o canal de atendimento via WhatsApp. Somam-se a isso as queixas e denúncias graves sobre as Casas Abrigo: relatos de abuso sexual contra crianças, falta de alimentos, ausência de equipes técnicas e precarização generalizada do atendimento, resultando no fechamento de dois desses equipamentos. Diante dessas violações, operamos por meio de pronunciamentos à Governadora, tentativas de diálogo institucional e denúncias a órgãos estaduais e federais, como o Ministério Público e o Ministério das Mulheres.

OS ALARMANTES DADOS DE FEMINICÍDIO

Em 2025, Pernambuco registrou 88 feminicídios, o maior número dos últimos oito anos, mesmo em um contexto de queda de cerca de 10% nos homicídios totais. O dado mostra que a violência de gênero avança de forma dissociada das demais dinâmicas criminais, revelando um cenário de fracasso das políticas estaduais de enfrentamento às violências contra as mulheres. Embora o plano Juntos Pela Segurança estabeleça metas de redução da violência contra a mulher, o próprio documento carece de estratégias operacionais, indicadores de acompanhamento e mecanismos de monitoramento público. A fragilidade na execução resulta em ações fragmentadas, fazendo com que o enfrentamento à violência contra a mulher permaneça mais no discurso institucional do que na realidade vivida pelas mulheres pernambucanas.

As políticas para as mulheres sofreram um grave processo de desmonte



MOBILIZAÇÃO PELA VIDA DAS MULHERES



Presidência da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular

A CCDHPP é um espaço central de defesa da vida, da dignidade humana, da democracia e da participação

A Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa de Pernambuco é um espaço central de defesa da vida, da dignidade humana, da democracia e da participação. Sob nossa presidência, consolidou-se como ponte permanente entre a sociedade civil e o Parlamento, acolhendo denúncias, demandas e propostas vindas dos territórios e das lutas sociais. Nos últimos três anos, atuamos no acompanhamento da Política Estadual de Direitos Humanos, no enfrentamento às diversas formas de violência e discriminação, no monitoramento do sistema penitenciário e na participação ativa em instâncias como o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), o Comitê de Prevenção à Tortura e a Comissão Estadual de Acompanhamento a Conflitos Agrários (CEACA), reafirmando uma prática parlamentar comprometida com a justiça social, a participação popular e a defesa dos direitos humanos em Pernambuco.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO: PPA PARTICIPATIVO (2024-2027)

Promovemos uma iniciativa pioneira de escuta da população para a construção do Plano Plurianual de Pernambuco (PPA 2024-2027). Ao longo desse processo, realizamos 13 seminários em diferentes regiões do estado, do litoral ao sertão, levando o debate sobre orçamento público para os territórios e aproximando a população das decisões que impactam diretamente seu cotidiano. Mais do que espaços de debate, os seminários funcionaram como instrumentos de sistematização das propostas populares, que foram organizadas e apresentadas à Governadora, fortalecendo o diálogo entre sociedade civil e poder público. Como subsídio para esse processo, foi elaborada a cartilha “10 Questões que Você Precisa Saber sobre Orçamento Público: Caderno de Estudos”, em parceria com o Centro de Cultura Luiz Freire, um material pensado para democratizar o acesso às informações orçamentárias e qualificar a participação social.

Sob nossa presidência, consolidou-se como ponte permanente entre a sociedade civil e o Parlamento

PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA, PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA: MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Em defesa da memória histórica de Pernambuco, por meio de inspeções e acompanhamento institucionais ao Arquivo Público Estadual e ao Memorial da Democracia, revelamos uma situação crítica, marcada por ameaça aos acervos, precariedade das estruturas, escassez de recursos e equipes insuficientes. Para além desse diagnóstico, a Comissão incidiu diretamente para destravar entraves administrativos, contribuindo para a designação de nova gestão no Arquivo Público e para a reabertura do diálogo entre o Governo do Estado e a sociedade civil sobre o futuro do Memorial. Esse processo resultou na realização de uma Audiência Pública e de um relatório que explicita a ausência de políticas efetivas e eficazes para preservação da memória e da democracia.

DIREITO AO TERRITÓRIO TAMBÉM É UM DIREITO HUMANO

Nas comunidades quilombolas, como **Estivas, Estrela e Timbó, no município de Garanhuns**, a morosidade dos processos de regularização fundiária tem sido acompanhada por relatos de intimidação, especialmente após o avanço das demandas junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Diante desse contexto, buscamos reforçar a proteção das comunidades e a necessidade de dar celeridade aos processos de titulação, revelando os conflitos territoriais como parte de uma estrutura que concentra terra, expulsa comunidades e criminaliza quem resiste.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Tema	Data
Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	18/05/2023
Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição: como estão essas políticas públicas em Pernambuco?	20/06/2023
10 Anos do Projeto da Bacia do Fragoso: para quem chegou a urbanização?	28/06/2023
Direito à Moradia: como está a situação dos conjuntos habitacionais em Pernambuco?	29/06/2023
Condições e riscos no trabalho de entrega para empresas de plataformas digitais em Pernambuco	31/08/2023
As obras de desenvolvimento urbano e os impactos na vida das pessoas em Pernambuco	05/10/2023
A Implementação do Estatuto da Igualdade Racial do Estado de Pernambuco	14/11/2023
O aumento da violência letal e a segurança pública em Pernambuco	16/11/2023
A efetivação da política de atenção às pessoas idosas como garantia de seus direitos em Pernambuco	16/11/2023
A Garantia do Direito de Greve no Estado de Pernambuco	06/12/2023
A situação das Unidades de Privação de Liberdade em Pernambuco	18/04/2024
A realidade fática das políticas públicas voltadas para as pessoas com autismo e suas famílias	24/04/2024
As condições de trabalho das Costureiras nos Polos de Confeccões de Pernambuco	30/04/2024
A Implementação da Renda Básica no Estado de Pernambuco	06/05/2024
Maracalpe sem muros: pelo fim da privatização da praia	23/05/2024
Conflitos territoriais e ambientais na ZEIS Muribeca	03/06/2024
A violência decorrente dos conflitos de terra na Zona da Mata de Pernambuco e seus impactos nas comunidades rurais	09/12/2024
Pescadoras Artesanais: a luta por trabalho digno, saúde e território livre	24/04/2025
Assédio e adoecimento dos trabalhadores do setor bancário em Pernambuco	30/04/2025
Aumento do feminicídio em Pernambuco: quais as respostas do Poder Público?	06/05/2025
Prevenção e Combate à Tortura em Pernambuco	19/05/2025
Dia Internacional das Prostitutas: desafios e perspectivas da profissão	02/06/2025
Plebiscito Popular 2025: Participação Democrática, Justiça Social e o Futuro do Trabalho e da Tributação no Brasil	07/08/2025
Novo Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador em Pernambuco	08/10/2025

ENFRENTAMENTO À TORTURA E ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS NO SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

Realizamos inspeções na Colônia Penal Feminina de Buique, no Presídio de Igarassu, na Penitenciária Juiz Plácido de Souza, nos complexos prisionais do Curado e de Itaquitanga, além do Hospital Ulysses Pernambucano. No sistema socioeducativo, acompanhamos unidades como os Centros de Atendimento Socioeducativo (CASEs) de Jaboatão, Muribeca e Santa Luzia e os Centros de Internação Provisória, em articulação com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e organizações da sociedade civil, como o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP). Essa atuação incluiu a participação em missões de inspeção e a cobrança permanente pela reativação do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, desativado desde 2023. Por fim, merece ainda destaque a contribuição da CCDHPP para a construção do Plano Estadual Pena Justa em Pernambuco, reafirmando o compromisso com a dignidade humana e a prevenção de práticas violadoras.

PROTEÇÃO DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS E DOS MODOS DE VIDA TRADICIONAIS

Diante de denúncias de violações de direitos humanos, crimes ambientais e ameaças aos modos de vida tradicionais em determinadas localidades, realizamos visitas e escutas a alguns territórios. Em Mangue Seco, com marisqueiras e pescadores, em articulação com o movimento Mangue Seco Resiste e o Ministério da Pesca, acompanhamos denúncias de abusos administrativos e crimes ambientais. No Pontal de Maracaípe, atuamos frente a denúncias de crimes ambientais, intimidações e tentativas de privatização do acesso à praia; nesse caso, a Comissão realizou fiscalizações e mediou reuniões com a Prefeitura. Ainda no âmbito do debate ambiental e defesa de territórios, participamos da consulta pública do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sobre a criação da Reserva Extrativista de Rio Formoso, e no acompanhamento da situação do Quilombo Ilha de Mercês, em articulação com o Ministério da Igualdade Racial, diante de ameaças de remoção e da demanda pela titulação da terra.

DIREITOS HUMANOS E O ENFRENTAMENTO AO RACISMO RELIGIOSO

Compreendendo que os direitos humanos se constroem no encontro e no diálogo, a CCDHPP atuou de forma estratégica em congressos, conferências e seminários com este tema. Destacamos a promoção do seminário “Todo sagrado deve ser respeitado: o papel do Legislativo no enfrentamento ao Racismo Religioso”, que reuniu parlamentares, lideranças religiosas e movimentos sociais, com participação do deputado federal Pastor Henrique Vieira, fortalecendo o debate sobre liberdade religiosa, laicidade do Estado e enfrentamento ao racismo religioso.

Atuamos frente a denúncias de crimes ambientais, intimidações e tentativas de privatização

CCDHPP ACOMPANHA MOBILIZAÇÃO CONTRA O MURO NO PONTAL DO FRAGOSO, EM MARACAÍPE



DIREITOS HUMANOS E A ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

No campo da articulação nacional com a sociedade civil, destacamos a participação no Congresso Brasileiro de Agroecologia, espaço estratégico de convergência entre movimentos sociais, comunidades tradicionais e instituições acadêmicas. A Comissão esteve presente com estande educativo, promovendo a difusão das cartilhas da série Educando para os Direitos Humanos e do folheto sobre o Direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, reafirmando o compromisso com a justiça socioambiental, a defesa dos territórios e a democracia participativa.

DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES

A atuação da Comissão nas políticas para mulheres foi marcada pela defesa da vida e pela denúncia de violações praticadas pelo próprio Estado. A partir de denúncias recebidas e em articulação com a Campanha Levante Feminista Contra o Femicídio, o Transfeminicídio e o Lesbocídio, a CCDHPP revelou graves violações nas Casas Abrigo de Pernambuco. Diante da gravidade dos relatos, foi elaborado um dossiê e encaminhado a órgãos do sistema de garantia de direitos, incluindo o Ministério Público de Pernambuco, o que resultou na instauração de procedimentos e fiscalizações nas unidades. A atuação incluiu reuniões com o Ministério das Mulheres e a Secretaria Estadual da Mulher, com cobrança de afastamento dos responsáveis durante as investigações e acompanhamento contínuo das providências adotadas, o que resultou na campanha Surpresa Violeta, que recomenda medidas de formação e capacitação do setor de bares e restaurantes, apontando falhas estruturais na prevenção da violência.

DEFESA DAS PESSOAS LGBTQIAPN+


No mesmo eixo de enfrentamento às violências de gênero, acompanhamos um caso de agressão motivada por transfobia em um estabelecimento comercial do Recife. Priorizamos a centralidade da vítima, a produção de relatório técnico para correta tipificação do crime e a incidência junto ao sistema de justiça e ao setor de bares e restaurantes. Dessa forma, a Comissão contribui para ações de prevenção e difusão de protocolos de enfrentamento à violência contra pessoas LGBTQIAPN+.

ENFRENTAMENTO A CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS E AGRÁRIOS

O direito à terra e à moradia segue sendo um dos principais pontos de tensão social em Pernambuco. Em resposta a esse contexto, atuamos no acompanhamento de diversos conflitos territoriais urbanos e agrários, por meio de escutas comunitárias, visitas técnicas e articulações institucionais. Em Recife, na **Comunidade do Bode**, trabalhamos junto aos moradores, ao Ministério Público e à Defensoria Pública na busca por indenizações justas, evidenciando como grandes obras urbanas continuam produzindo violações em áreas populares. Essa mesma lógica de impacto sobre territórios se fez presente no **Complexo do Prado, em Tracunhaém**, onde linhas de transmissão vêm afetando a produção de alimentos, a saúde das famílias e o uso do solo em assentamentos da reforma agrária. Os conflitos também se intensificaram na **Zona da Mata Sul**, onde acompanhamos a situação de **Barro Branco, no município de Jaqueira**, e de outras comunidades da região, diante de denúncias de ameaças, destruição de plantios, restrições de circulação e violência contra lideranças. Para dar visibilidade ao caso, fizemos encaminhamentos aos órgãos competentes e realizamos uma audiência pública no município.

STAND DA CCDHPP NO CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA





Emendas parlamentares estaduais impositivas

As emendas parlamentares individuais constituem um instrumento central de atuação do Poder Legislativo no orçamento público estadual. Por meio delas, deputadas e deputados podem direcionar parte dos recursos da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o atendimento de demandas concretas da sociedade, em consonância com seus projetos políticos e compromissos programáticos. No caso das emendas impositivas, esse papel se torna ainda mais relevante, uma vez que sua execução é obrigatória pelo Poder Executivo.

Ainda que haja questionamentos sobre o instrumento da emenda parlamentar, tendo em vista que interfere na composição do orçamento público, nossa Mandata tem atuado buscando colaborar para fortalecimento das políticas públicas, no enfrentamento às desigualdades estruturais, buscando priorizar, no orçamento estadual, ações que melhorem a vida das mulheres (especialmente negras, periféricas, mulheres trans e travestis), da população negra, da população LGBTQIAPN+, das pessoas com deficiência e outros segmentos vulnerabilizados.

Do valor disponível para cada parlamentar, 50% desse montante deve ser obrigatoriamente destinado à área da Saúde.

Ao longo desses três anos, as emendas de saúde foram distribuídas de forma a atender majoritariamente a população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS) e no atendimento de populações historicamente negligenciadas pelas políticas públicas, com destaque para ações voltadas à saúde da população negra, à saúde da mulher, à saúde ma-

terno-infantil e ao acesso à saúde da população LGBTQIAPN+.

Os outros 50% dos recursos, a mandata estruturou a destinação a partir de eixos políticos que orientam sua atuação parlamentar, como Educação, Cultura, Agroecologia, Enfrentamento à Violência e Segurança Pública, Direito à Cidade, Trabalho e Renda, Formação Política e Assistência Social. Esses eixos dialogam diretamente com os sujeitos políticos prioritários da mandata.

Ao longo de três ciclos orçamentários, a atuação da mandata da deputada Dani Portela nas emendas parlamentares impositivas expressa uma escolha política clara: disputar o orçamento público a partir da vida concreta das pessoas, dos territórios e dos sujeitos historicamente marginalizados. As emendas não são tratadas como favores ou instrumentos clientelistas, mas como parte de um projeto coletivo que entende o Estado como responsável pela garantia de direitos e pela redução das desigualdades.

ENTRE AS EMENDAS CONCEDIDAS NESSE PERÍODO, DESTACAM-SE:

Universidade de Pernambuco - Campus Mata Sul para a concessão de bolsas de incentivo acadêmico a estudantes;

Centro Universitário Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM/UPE), para a implementação da assistência ambulatorial especializada e integral no processo transexualizador;

Associação Cultural Afoxé Omó Nilé Ogunjá para ações de preservação da memória e da história afro-brasileira no Recife;

Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá para colaboração com o Congresso Brasileiro de Agroecologia;

FASE-PE para o fortalecimento da participação de mulheres negras pernambucanas na Marcha Nacional das Mulheres Negras 2025;

Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco - AMOTRANS-PE, para atendimento social e qualificação profissional para travestis, transexuais, lésbicas e mulheres bissexuais;

Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aquisição de Sistema de Armazenamento de Dados da Defensoria e aquisição de 1 veículo para a Ouvidoria da DPE;

Prefeitura Municipal de Serra Talhada, para aquisição de uma ambulância para a Casa de Parto Normal Humanizado;

Associação das Mulheres de Nazaré da Mata, para capacitação e qualificação profissional para 100 mulheres que vivem em situação de violência doméstica e familiar e/ou vulnerabilidade social;

Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE, elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira no estado de Pernambuco;

Escola Pernambucana de Circo e Coordenação de Saúde da População Negra do Estado, para resgate da saberes e práticas ancestrais afro-indígenas na saúde e implementação da Política Municipal de Saúde.



Produzir e democratizar o conhecimento

Informar as pessoas também é nossa prioridade

Ao longo deste triênio, a nossa Mandata também priorizou a produção de materiais informativos. Mais do que subsídios e registro de ações, essas publicações expressam um projeto político comprometido com a defesa dos direitos humanos, com a participação popular e com a construção de um Estado que enfrente as desigualdades estruturais que marcam a realidade pernambucana. Ao compartilhar essas produções, reafirmamos nossa colaboração com aquelas cujos passos vêm de longe, por entendermos que a construção de um projeto popular para o estado de Pernambuco segue sendo coletiva, cotidiana e comprometida com as lutas sociais.

PUBLICAÇÕES



ANÁLISE DOS 100 DIAS DO GOVERNO RAQUEL LYRA

O documento elaborado pela equipe, publicado em março de 2023, analisa criticamente os primeiros 100 dias de governo de Raquel Lyra e evidencia o avanço das políticas neoliberais e da lógica privatista, apoiadas por setores da direita tradicional e do campo bolsonarista. Os dados apresentados demonstram que o atual Poder Executivo não está comprometido em garantir o acesso a direitos e serviços públicos para toda a população.



OS 100 PRIMEIROS DIAS DE ATUAÇÃO DA DEPUTADA DANI PORTELA

Nesta publicação, fizemos um balanço dos 100 Primeiros Dias de atuação da Mandata Dani Portela, que foram especialmente marcados pela conquista da Presidência da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP); Liderança da Oposição ao Governo Raquel Lyra e pelas ações de fiscalização nas áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública.



CARTILHA: 10 QUESTÕES QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO

Esta publicação é fruto da parceria entre a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP) e o Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), e estrutura-se em dez questões centrais sobre os ciclos orçamentários, funções, prazos e responsabilidades de cada Poder, além de abordar como a população pode exercer uma participação efetiva nesse processo.



PARTICIPATIVO E POPULAR: ESCUTAS DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR DA ALEPE PARA O PLANO PLURIANUAL (PPA 2024-2027)

Esta publicação é o relatório do processo “PPA Participativo e Popular do Estado”, que se configurou como um momento de escuta e participação popular. Foram realizados seminários regionais e encontros temáticos, com a participação de mais de 800 pessoas, de forma presencial e virtual, e o recebimento de 1.260 contribuições escritas, de movimentos sociais, redes, organizações e coletivos. Este relatório foi entregue pela CCDHPP ao Governo do Estado.



SÉRIE: EDUCANDO PARA OS DIREITOS HUMANOS

Com o intuito de informar a população sobre seus direitos e orientar sobre como denunciar e buscar ajuda em caso de violações, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP), criou, em parceria com a Escola do Legislativo, a série “Educando para os Direitos Humanos”. Ao longo desses 3 anos, foram lançados 4 títulos: “Direitos Humanos na vida da gente”, “Direitos da População LGBTQIA+”, “Combater o Racismo é tarefa de todas as pessoas” e “Racismo Ambiental e Justiça Climática”. Em 2025, a série foi premiada com o segundo lugar na categoria publicações do Prêmio da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo (Abel), que reconhece os melhores projetos em educação legislativa de todo o país, em diversas modalidades.



A SITUAÇÃO DAS POLÍTICAS DE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA NO ESTADO DE PERNAMBUCO: RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO DO MEMORIAL DA DEMOCRACIA E DO ARQUIVÓ PÚBLICO

O relatório sobre a situação das políticas de Memória, Verdade e Justiça traz os resultados de dois anos de fiscalização (de abril de 2023 a abril de 2025), conduzida pela CCDHPP, no Memorial da Democracia e no Arquivo Público de Pernambuco. A partir de quatro visitas técnicas, uma audiência pública e escutas com servidores, o documento evidencia um quadro de abandono institucional, precarização das condições de trabalho e risco de perda de acervos importantes para a história do povo pernambucano.



considerações finais

Este balanço que apresentamos aqui não é só uma ferramenta de prestação de contas. Ele representa também um chamado político para ampliar nossa articulação e fortalecer a construção do projeto político que defendemos para Pernambuco. Ampliar a participação de mulheres negras, a participação popular nos espaços de decisões continua sendo um grande desafio, frente às várias estratégias de sabotagem que são operadas cotidianamente contra nós.

Este ano de 2026 será um ano desafiante, em nível nacional e local. Devemos investir todo nosso empenho em reeleger o Presidente Lula e um Senado cuja composição seja favorável ao seu Governo. Não podemos permitir que a extrema direita saia vencedora nessas eleições!

No nível estadual, estarei disputando a reeleição como Deputada Estadual, desta vez por um outro partido. Estou ingressando no Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores, para ampliar as possibilidades de fazer avançar o projeto político coletivo que eu represento. Não mudei minhas bandeiras de luta; não abro mão dos princípios éticos e políticos que sempre guiaram minha atuação.

É importante destacar que esse sujeito coletivo apresentado aqui não se trata exclusivamente da equipe que trabalha em nossa Mandata, mas de um sujeito composto por muitas outras pessoas, organizações e coletivos que caminham conosco, seja em reuniões, em eventos na Alepe, em mensagens nas redes sociais, em abraços nas ruas, nos movimentos sociais e em tantos outros espaços. Se juntas nós sabemos que queremos muito mais que a liberdade; se juntas nós sabemos que aquilo que queremos é tão grande, tão forte e tão importante que precisa ser inventado, esse documento é, então, um convite para que - juntas mais uma vez - inventemos uma sociedade feminista, diversa, igualitária e radicalmente democrática.

EXPEDIENTE

REDAÇÃO

CAIO JUCÁ
CIRLEIDE SANTOS
CIRO HENRIQUE SANTOS
EMANUELE NASCIMENTO
FERNANDA BORGES
GABRIELA CRUZ
JARDA ARAÚJO
JÉSSICA JANSEN
JULIANA SERRETTI
LUIZA CAROLINA SILVA
MANOEL NETO
MARIA HELENA MONTEIRO
MIRTES RENATA SOUZA
MÔNICA OLIVEIRA
MYRELLA SANTANA
PAULO BORGES
RAYLAN SOUZA
WALESKA ALVES

DEPUTADA ESTADUAL DANI PORTELA

      [daniportelape](https://www.daniportelape.com.br)  (81) 9.8243.2642

 [daniportela.com.br](https://www.daniportela.com.br)

 daniportelape@gmail.com

EDIÇÃO DE TEXTO

CIRLEIDE SANTOS
MARIA HELENA MONTEIRO
MÔNICA OLIVEIRA

REVISÃO FINAL

MÔNICA OLIVEIRA

FOTOS

JOÃO PENNA
FRAN SILVA
TOM CABRAL

PROJETO GRÁFICO

LUCIANA RIBEIRO





**Dani
Portela**

DEPUTADA
ESTADUAL

 **daniportelape**

 **daniportela.com.br**

 **(81) 9.8243.2642**

